

LUSO PARTNERS
SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Relatório de Gestão
e
Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2015

Março / 2016

ÍNDICE

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	3
2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1. Atividade de Exploração	5
2. Proposta de Aplicação de Resultados	7
3. Perspetivas para 2016	7
4. Agradecimentos	10
3. ÓRGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	11
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	12
5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	19
6. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA AO ÓNUS SOBRE ATIVOS	57
7. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	58
8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	61

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Tomaz de Aquino Viegas de Abranches Lucas de Andrade
de Araújo Parreira Rocha
Secretário: Ana Isabel Almada e Melo de Sousa Refoios

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vogais: Luís Leitão Ricciardi
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga

- FISCAL ÚNICO

Efetivo: “Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados”
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por
José Maria Rego Ribeiro da Cunha
Suplente: Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015:

1. Atividade de Exploração

1.1. Enquadramento

O ano de 2015 foi marcado, em Portugal, pelas eleições legislativas e subsequente mudança de governo. No final do ano, pela transferência de algumas emissões de dívida sénior do Novo Banco para o “*bad bank*” BES e pela medida de resolução aplicada ao BANIF pelo Banco de Portugal.

Na vertente internacional, o ano começou positivo nos mercados acionistas, mas, a instabilidade derivada das eleições na Grécia, condicionou bastante os mercados de dívida, o enfoque nos receios sobre crescimento económico global, sobretudo na China que condicionaram o desempenho dos mercados a partir do verão de 2015, assim como o caso Volkswagen produziram uma grande volatilidade e subsequente erosão dos ganhos obtidos no princípio do ano.

Quanto às matérias-primas, o enfoque foi para o petróleo e os metais industriais, o petróleo começou o ano por volta dos 48 USD e após ter chegado a cerca de 60 USD por barril acabou o ano nos 30 USD, contribuindo em larga escala para a volatilidade e performance negativa dos mercados.

Os comportamentos dos índices mais representativos foram os seguintes, *Euro Stoxx 50* teve uma “*performance*” positiva de 3.85% durante o ano, após ter estado a ganhar cerca de 22% em Abril, o *MSCI World* registou perdas de 2.74% a pós ter estado positivo em quase 7% em Maio, e o *Dow Jones* nos EUA registou uma valorização negativa de 2.23% no mesmo período.

Na área da corretagem, os volumes intermediados sofreram um decréscimo de 60%, na maioria motivado pela deslocalização de um cliente institucional para outra geografia, mas também pela performance mais negativa dos mercados que se acentuou na segunda metade do ano.

Na área de gestão de patrimónios, os montantes sob gestão mantiveram-se praticamente inalterados. A diminuição dos rendimentos disponíveis das famílias, e a incerteza política, foram fatores que continuaram a promover a quebra nos ativos sob gestão.

Na área de distribuição de fundos, a Luso Partners continuou a beneficiar da tendência do último ano, tendo-se verificado em 2015 um crescimento significativo dos montantes colocados.

O volume de fundos de investimento da *Jupiter Asset Management* colocado pela Luso Partners era no final de 2014 de cerca de € 75.000.000 e no final de 2015 de cerca de € 135.000.000.

1.2. Proveitos de Exploração

Durante o exercício de 2015, a Luso Partners registou um total de Eur: 586.411 de comissões brutas, as quais, descontadas de um total de Eur: 53.776 de comissões pagas aos intermediários financeiros que nos fornecem o acesso aos vários mercados de intermediação, se saldou num total de comissões líquidas de Eur: 532.635 Ou seja, uma margem de intermediação (comissões líquidas / comissões totais) de 90.83%, contra 86.01% registados no ano anterior, crescendo assim a margem em virtude do aumento do peso relativo de clientes particulares e da distribuição de fundos.

Verificou-se um decréscimo das comissões brutas de 17.68% face ao ano de 2014.

A repartição das comissões de corretagem geradas por mercado foi a seguinte:

Unid: Euros		
	Europa	EUA
Volumes Intermediados	63.009.185	35.726.518

Os valores intermediados no mercado Norte-americano registaram um volume de negócios inferior ao Europeu, voltando à tendência que se verificou durante dez exercícios consecutivos antes de 2014. Este resultado está associado à natural diferença horária.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA canaliza as suas ordens para os mercados estrangeiros através das suas principais contrapartes, respetivamente, o *Haitong Bank* (Ex-Bes Investimento) e *Saxo Bank* para os Mercados Europeus e a *LEK Securities* para os EUA.

1.3. Custos de Exploração

A estrutura de custos de exploração da LP Corretora foi a seguinte:

Rubricas	2015	2014	Var (%)
Custos com Pessoal	263.391	258.791	1.78
Gastos Administrativos	219.156	277.245	-20.95
Amortizações	15.771	6.419	145.69
Total	498.318	542.455	-8.14

2. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais que o Resultado Líquido apurado no exercício, correspondente a um lucro de Eur 10.954,42 seja repartido da seguinte forma:

(i) para reserva legal	1.095,44
(ii) para resultados transitados	<u>9.858,98</u>
	<u><u>10.954,42</u></u>

3. Perspetivas para 2016

3.1. POLÍTICA MONETÁRIA

Uma questão central para 2016 prende-se com o ritmo de subida de juros pela Reserva Federal. Embora reconhecendo os elevados riscos negativos, esperam-se, num cenário central, 3 subidas da *target rate* dos *fed funds* em 2016, para um valor de fim de ano em torno de 1% (mas com novas subidas adiadas para a 2ª metade do ano, dada a instabilidade dos mercados no início de 2016). A expectativa de crescimento nominal mais elevado deverá traduzir-se em juros de mercado de longo prazo um pouco mais elevados no conjunto do ano, nos EUA e na Europa. Com o BCE a manter um *easing bias*, a Euribor 6m deverá manter-se negativa e o euro deve depreciar-se vs. USD na 1ª metade do ano.

3.2. MERCADOS DE CRÉDITO

As perspetivas de ligeira recuperação do crescimento e inflação deverão traduzir-se em *yields* dos *Treasuries* e *Bonds* ligeiramente mais elevadas até ao final do ano (convergindo, nos 10 anos, para valores em torno de 2.5% e 0.7%, respetivamente, vs. 2.27% e 0.63% no final de 2015). Com o *Fed* a subir os juros de referência, espera-se um achatamento da *yield curve* do USD (maior subida dos juros nos prazos mais curtos), em contraste com um *steepening* da curva do EUR.

Nos EUA, a queda do preço do petróleo contribui para um aumento dos *spreads* de crédito no segmento *high yield*, (em empresas dos sectores extrativos). Prolongamento da instabilidade financeira do início de 2016 poderia gerar um risco de contágio a outros segmentos. A dívida dos Emergentes (sobretudo privada) constitui um outro risco, com eventuais dificuldades de financiamento destas economias a poderem refletir-se num aumento da probabilidade de *defaults*. Em sentido oposto, o *Fed* pode interromper ciclo de subida de juros.

3.3. MERCADOS ACIONISTAS

O início de 2016 encontra-se marcado por fortes quedas e elevada volatilidade no mercado acionista, sobretudo em função de receios em torno do *outlook* para a China, de uma queda acentuada do preço do petróleo e de uma elevada incerteza em torno das perspetivas para a atividade económica, a inflação e a política monetária nas principais economias desenvolvidas (sobretudo os EUA).

O ajustamento da economia chinesa e o movimento de desvalorização do *renminbi* exercem uma pressão desinflacionista sobre a economia global, alimentando a incerteza em torno do *outlook* para o crescimento, da evolução do dólar, da estabilidade dos mercados emergentes e da condução da política monetária nos EUA, na Europa e na própria China. Tal como no Verão de 2015, o mercado reagiu fortemente a estes movimentos de perda da divisa chinesa, bem como à incerteza gerada em seu torno. Observam-se fortes quedas dos preços das *commodities* e desvalorizações das divisas dos Emergentes.

3.4. PORTUGAL

A atividade económica deverá manter-se suportada pela queda dos preços do petróleo, pelo baixo nível das taxas de juro, por uma melhoria gradual das condições de financiamento, por um maior suporte da política orçamental e por um desempenho favorável das exportações, sobretudo para os mercados europeus. Recuperação cíclica de 2015 deverá prolongar-se em 2016, com o crescimento relativamente estabilizado, em torno de 1.5%-1.7%. Inflação média anual deverá subir de 0.5% para um valor em torno de 0.9%.

Outlook sujeito a riscos externos (instabilidade e aversão ao risco nos mercados financeiros, fragilidade dos mercados emergentes, fragmentação política na UE/Zona Euro), mas também internos (e.g. conjuntura política incerta, sobretudo relevante na aprovação do Orçamento para 2017; processo de consolidação orçamental exigente – risco de tensões envolvendo credores oficiais e/ou a base de apoio do Governo no Parlamento; neste contexto, risco de adiamento de decisões de investimento). Em sentido oposto, possibilidade de maiores estímulos de curto prazo à procura interna (orçamentais e monetários).

A transferência de algumas emissões de dívida sénior do Novo Banco para o “*bad bank*” BES e a medida de resolução aplicada ao BANIF pelo Banco de Portugal no final de 2015, poderão originar riscos de litigância e reputacionais, quer para a economia nacional, quer para a indústria financeira em geral.

3.5. MATÉRIAS-PRIMAS

O excesso de oferta de petróleo continuará em 2016, com o abrandamento da economia mundial a sugerir um arrefecimento da procura e a OPEP a manter níveis de produção elevados. O levantamento de sanções económicas ao Irão deve resultar num aumento das exportações desta economia e, logo, num aumento adicional da oferta global de *crude*. Neste contexto, e com um USD forte, os preços continuarão pressionados em baixa. Indústria do *shale oil* nos EUA bastante afetada, condicionando o investimento e os *earnings*. Uma queda ainda mais pronunciada dos preços poderia ocorrer com uma eventual deterioração do *outlook* global.

Espera-se que uma gradual redução do excesso de oferta leve a uma estabilização e recuperação gradual do preço do *crude* a partir da 2ª metade de 2016 (para um *range* de USD 30-50 a médio prazo). Uma subida mais rápida do preço poderia resultar de um eventual anúncio de redução da produção da OPEP, de uma recuperação mais pronunciada da atividade nos EUA e Europa, de uma estabilização da China e dos EMs ou de um agravamento dos riscos geopolíticos.

Abrandamento da procura chinesa continuará a condicionar os preços dos metais industriais, mas com ligeira recuperação até final do ano.

3.6. RISCOS

Queda adicional do preço do petróleo, desaceleração da China, desvalorização do *renminbi*, etc. podem gerar impactos económicos e financeiros negativos nos mercados emergentes: queda de exportações e do crescimento, desvalorizações cambiais, saída de capitais, subida de juros, *defaults*, etc. Algumas economias também sujeitas ao risco de instabilidade política (e.g. Venezuela, Brasil). Ajustamento mais abrupto que o esperado na atividade económica da China e/ou forte desvalorização do *renminbi*, resultando numa queda da procura chinesa dirigida a outras economias (sobretudo com impacto em mercados emergentes exportadores de matérias-primas) e numa pressão desinflacionista global.

Uma descida adicional da taxa de desemprego e, sobretudo, um crescimento mais rápido das remunerações podem levar o mercado a antecipar uma postura mais agressiva da Reserva Federal na subida dos juros, sobretudo a partir da segunda metade de 2016.

Deterioração das perspetivas para o crescimento e inflação e instabilidade nos mercados financeiros (queda do preço do petróleo, fragilidade dos Emergentes) levam a Reserva Federal a interromper o ciclo de subida da *target rate* dos *fed funds*. Mercado interpreta subida de Dezembro como passo em falso.

Na Europa, o aumento do peso de partidos extremistas, nacionalistas e anti-integração (à esquerda ou direita), em reação à crise dos refugiados, ao terrorismo, aos efeitos da austeridade, etc. Maior dificuldade de coordenação de políticas económicas. Risco de antecipação do referendo sobre o *Brexit* para 2016 (e receios sobre eventual vitória do “sim”).

Aumento da ameaça terrorista (Estado Islâmico, Al Qaeda), condicionando a atividade económica (e.g. turismo, migrações), em particular na Europa, e aumentando a instabilidade no Médio Oriente (Síria, Iraque, etc.). Tensões entre Irão e Arábia Saudita. Instabilidade política e militar na Turquia. Tensões Rússia-Occidente, China-Japão, Coreia do Norte-Occidente.

Tensões entre Grécia e credores oficiais, gerando instabilidade política. Solução de Governo frágil em Portugal cria riscos para a aprovação do Orçamento de 2017. Incerteza sobre solução de Governo em Espanha e pressão independentista da Catalunha.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA continuará a monitorizar as oportunidades de negócio nos mercados onde opera, principalmente através do estabelecimento de parcerias comerciais com outras casas de investimento e angariadores de negócio.

4. Agradecimentos

Uma palavra final de agradecimento aos nossos Clientes, cuja fidelidade esperamos poder continuar a merecer e, também, a todos os Colaboradores cujo empenho e dedicação nos é muito grato reconhecer.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

Luís Leitão Ricciardi

Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves

João Tomás Andrade Rocha de Horta

3. ÓRGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Lista de Administradores da Sociedade Titulares de Ações da Sociedade à data de 31 de Dezembro de 2015

Lista a que se refere o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI (Presidente do Conselho de Administração)	87.812	43,9%
JORGE MIGUEL DE OLIVEIRA NEVES (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%
JOÃO TOMÁS ANDRADE ROCHA DE HORTEGA (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%

Lista de Acionistas da Sociedade Titulares de Ações Superiores a Um Décimo do Capital Social à data de 31 de Dezembro de 2015

Lista a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI	87.812	43,9%

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2015 e 2014

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua Castilho, nº 90 - 4º Esq. - 1250-071 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balanço em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Ativo					
10 + 3300		0	0	0	0
Caixa e disponibilidades em bancos centrais					
11 + 3301	12	2.601.555		2.601.555	2.671.425
Disponibilidades em outras instituições de crédito					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1)		0		0	0
Ativos financeiros detidos para negociação					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1)		0		0	0
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
153 + 1548 (1) + 158 (1) + 18 + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888 (1) - 3713 (1)	13	18.623		18.623	18.566
Ativos financeiros disponíveis para venda					
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3303 + 3310 (1) + 34018 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710	14	100.000		100.000	0
Aplicações em instituições de crédito					
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 + 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880		0		0	0
Crédito a clientes					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5303		0		0	0
Investimentos detidos até à maturidade					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 - 354 - 3523 - 3713 (1) - 5210 (1) - 5308 (1)		0		0	0
Ativos com acordo de recompra					
21		0		0	0
Derivados de cobertura					
25 - 3580 - 3713 (1)		0		0	0
Ativos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)		0		0	0
Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	15	329.386	267.039	62.347	26.765
Outros ativos tangíveis					
29 - 3582 - 3583 - 361	16	137.049	137.049	0	0
Ativos intangíveis					
24 - 357 - 3713 (1)		0		0	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	17	9.267		9.267	8.801
Ativos por impostos correntes					
301		0		0	0
Ativos por impostos diferidos					
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	18	694.608		694.608	1.085.747
Outros ativos					
Total de Ativo		3.890.488	404.088	3.486.400	3.811.304

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua Castilho, nº 90 - 4º Esq. - 1250-071 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Demonstração de Resultados NCA (Contas individuais)

Nº de Contribuinte: 505 726 394

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas/ /Quadros anexos	Ano	Ano anterior	
79 + 80 (1) + 8120	Juros e rendimentos similares	3	1.071	1.456
66 + 67 (1) + 6820	Juros e encargos similares	3	1.376	67
	Margem financeira		-305	1.389
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
81 (1) - 8120	Rendimentos de serviços e comissões	4	586.411	712.332
68 (1) - 6820	Encargos com serviços e comissões	4	53.776	99.628
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		0	0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	5	764	10.346
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6	365	1.019
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	7	140	0
- 695 (1) - 696 (1) - 699 (1) - 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 839 (1) + 840 + 843 + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	8	-18.364	-38.611
	Produto bancário		515.235	586.847
70	Custos com pessoal	9	263.391	258.791
71	Gastos gerais administrativos	11	219.156	277.245
77	Depreciações e amortizações	15	15.771	6.419
781 + 783 + 784 + 785 + 786 + 788 - 881 - 883 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	20	-25	-30
78000 + 78001 + 78010 + 78011 + 7820 + 7821 + 7822 - 88000 - 88001 - 88010 - 88011 - 8820 - 8821 - 8822 - 848 (1)	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0	0
760 + 7620 + 7618 + 76211 + 76221 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7641 + 765 + 766 + 78002 (1) + 78012 (1) + 7823 + 7828 (1) - 870 - 8720 - 8718 - 87211 - 87221 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8741 - 875 - 876 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8823 - 8828 (1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0
768 + 769 (1) + 78002 (1) + 78012 (1) + 7828 (1) - 877 - 878 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8828 (1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	Resultado antes de impostos		16.942	44.422
	Impostos		5.988	15.049
65	Correntes	28	5.988	15.049
74 - 86	Diferidos		0	0
	Resultado após impostos		10.954	29.373
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
640	Resultado líquido do exercício		10.954	29.373

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horteiga

Jorge Neves

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(euros)

	Notas	31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		1 179	4 246
Juros e custos pagos		(1 376)	(67)
Serviços e comissões recebidas		586 411	712 382
Serviços e comissões pagas		(53 776)	(99 628)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(445 651)	(542 090)
		86 787	74 843
<i>Varição nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Aplicações em instituições de crédito		(100 000)	-
Recursos de instituições de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		(138)	77
Derivados de cobertura		-	-
Outros ativos e passivos operacionais		10 559	(445 586)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(2 792)	(370 666)
Impostos sobre os lucros (pagos) recebidos		(16 991)	(11 666)
		(19 783)	(382 332)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Dividendos recebidos		-	-
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		761	180 592
Investimentos detidos até à maturidade		-	-
Compra de imobilizações		(51 353)	(23 828)
Venda de imobilizações		140	-
		(50 452)	156 764
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		-	-
Reembolso de obrigações de caixa		-	-
Emissão de passivos subordinados		-	-
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Dividendos de ações ordinárias pagas		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		-	-
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	6	365	1 019
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(69 870)	(224 549)
Caixa e equivalentes no início do período	2.2 o)	2 671 425	2 895 974
Caixa e equivalentes no fim do período	2.2 o)	2 601 555	2 671 425
		(69 870)	(224 549)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa		-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12	2 601 555	2 671 425
Total		2 601 555	2 671 425

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas

Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Hortega

Jorge Neves

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(em euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	1 000 000	(4 923)	(492 771)	(56 310)	445 996
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	8 531	(56 310)	56 310	8 531
Resultado líquido do exercício	-	-	-	29 373	29 373
Outros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1 000 000	3 608	(549 081)	29 373	483 900
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	54	29 373	(29 373)	54
Resultado líquido do exercício	-	-	-	10 954	10 954
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1 000 000	3 662	(519 708)	10 954	494 908

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Hortega

Jorge Neves

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

MODELO I

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade: Euros

Natureza e espécie (1)	Categoria de Activo Instrução n.º 23/2004 (2)	Código do título (3)	Tipo de emitente (4)	País do emitente (5)	Cotado /Não cotado (S/N) (6)	Mercado organizado relevante (7)	Cotação (8)	Quantidade (9)	Valor nominal (10)	Critério valorimétrico (11)	Valor de Balanço (12)	Valias (+ / -) (13)	Montante vencido (14)	Correcções de valor		% de participação		Operações especiais (18)	Observações (19)
														Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto		
Instrumentos de dívida																			
De dívida pública																			
O.T. 5,65% FEVEREIRO 2024	iv)	PTOTEQOE0015	OUTRAS	Portugal	S	-	18.622,50	1.500.000	15.000,00	Justo valor	18.622,50	3.662,00							
De outros emissores públicos																			
...																			
De outros emissores																			
Adquiridos no âmbito de operações de titularização																			
Equiparados a <i>first loss position</i>																			
...																			
Outros																			
...																			
Outros																			
Dívida não subordinada																			
...																			
Dívida subordinada																			
...																			
Total								1.500.000	15.000,00		18.622,50	3.662,00	-	-	-				
Instrumentos de capital																			
...																			
Total								-	-		-	-	-	-	-				
Outros																			
...																			
Total								-	-		-	-	-	-	-				

O Técnico Oficial de Contas

Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horteiga

Jorge Neves

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2015 e 2014

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

NOTA 1 – ACTIVIDADE

A Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. (LP Corretora ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 9 de Maio de 2002 com um capital social de 500 mil euros, correspondendo a 100 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada, detido na íntegra pela Luso Partners – SGPS, S.A.. A Sociedade iniciou a sua atividade em 18 de Setembro de 2002.

No exercício de 2003 o capital social da LP Corretora aumentou para 760 mil euros, correspondendo a 152 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada, em resultado da fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA (LP Gestora) na sociedade corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal através da modalidade de fusão por incorporação, i.e., da transferência global do património da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA para a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA e a escritura pública ocorreu no dia 4 de Novembro de 2003. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2003.

A fusão referida anteriormente teve como objetivos a simplificação das estruturas, reforço dos mecanismos de controlo interno e redução de custos, nomeadamente das áreas de suporte (administrativa, financeira, etc.), com base nos seguintes fundamentos:

- a) Ambas as sociedades prosseguiam atividades que se complementavam ao nível da administração de carteiras, bem como na prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- b) Tendo em conta as características do mercado financeiro em que as sociedades estavam inseridas, tornava-se cada vez mais necessário desenvolver e apresentar serviços integrados, orientados por uma gestão de custos que lhes permitissem alcançar uma posição competitiva e
- c) No planeamento da operação foi tomada em consideração a ineficiência a que, a vários níveis, a estrutura atual conduzia. A manutenção de entidades juridicamente autónomas obrigava à existência de estruturas diferenciadas e ao cumprimento de um conjunto acrescido de formalidades sem que, no caso concreto e no momento atual, se mantivessem as vantagens que poderão ter estado na origem da opção pela estrutura anteriormente implementada.

No exercício de 2007, ocorreu a fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (LP SGPS) na LP Corretora. O Banco de Portugal autorizou previamente a fusão por incorporação das duas sociedades financeiras referidas e a escritura pública ocorreu no dia 28 de Dezembro de 2007. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2007. Em resultado desta fusão, o capital social da LP Corretora aumentou para 1 milhão de euros, correspondendo a 200 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A fusão ocorrida no exercício de 2007 baseou-se na LP SGPS apenas deter e gerir participações numa única sociedade, i.e., a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA, desde o exercício de 2003 e em resultado da fusão ocorrida nesse ano entre a LP Corretora e a LP Gestora, conforme descrito anteriormente. Acresce que a LP SGPS não recebeu qualquer dividendo desde a sua constituição em 22 de Abril de 2002, sendo os seus resultados líquidos negativos o reflexo dos custos administrativos que a sociedade tem necessariamente de suportar. Esta fusão surgiu, assim, numa ótica de racionalização e aproveitamento otimizado de meios e recursos, face à desnecessidade de manter duas estruturas autónomas, sobretudo tendo em conta que uma das duas referidas estruturas se limitava a deter a participação na outra.

O objeto social da LP Corretora consiste na realização de todas as atividades de intermediação financeira legalmente permitidas às sociedades corretoras, bem como no exercício de quaisquer outras atividades expressamente autorizadas pelas entidades competentes, incluindo nomeadamente (i) a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, (ii) o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários, podendo proceder à cobrança dos respetivos rendimentos e, desde que autorizados pelo cliente, exercer outros direitos sociais e (iii) o exercício da atividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, a que se dá a designação de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos. A atividade de gestão de carteiras é exercida com base em mandato escrito, celebrado entre a Sociedade e os respetivos clientes, que especifica as condições, os limites e o grau de discricionariedade dos atos na mesma compreendidos.

A atividade encontra-se regulamentada (i) pelo Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, (ii) pelas disposições aplicáveis do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e (iii) pelo Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de Novembro.

No exercício de 2005 a Luso Partners Sociedade Corretora, S.A. procedeu a uma reestruturação do seu quadro de pessoal, por forma a obter uma equipa mais ajustada à sua dimensão, à atual conjuntura económica e aos objetivos que se propõe atingir a médio prazo. Aliada a esta redução dos custos com pessoal, também se reduziram outros custos fixos, nomeadamente os custos com comunicações e os custos com serviços de informática.

No exercício de 2006 a Sociedade teve como objetivo o reforço do seu sistema de controlo interno. Para tal foram revistos integralmente o Manual de Procedimentos e o Regulamento Interno. Foi igualmente revisto o Código de Conduta da LP Corretora, aplicável a todos os colaboradores da Sociedade Corretora (membros dos órgãos sociais e demais colaboradores), e registado juntamente com o Regulamento Interno revisto, em 25 de Outubro de 2006, na CMVM, nos termos do nº 2, do artigo 316º, do Código dos Valores Mobiliários.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da LP Corretora são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da LP Corretora reportadas a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram preparadas em conformidade com as NCA, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adotadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2015. As notas anexas a estas demonstrações financeiras incluem toda a informação que é necessária que seja divulgada nas demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras individuais e as notas anexas agora apresentadas estão expressas em euros, arredondado ao euro mais próximo e refletem os resultados das operações da Sociedade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

As políticas contabilísticas descritas em seguida, foram aplicadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014. Existe comparabilidade entre as políticas contabilísticas de ambos os exercícios.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

Foram os seguintes os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adotados relativamente às várias rubricas das presentes demonstrações financeiras:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo os custos e proveitos registados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, respetivamente.

b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-divisas, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respetivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira (i.e. moedas fora da zona Euro), exceto notas e moedas, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco de Portugal (ver Nota 26).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial à vista, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- **Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

c) **Ativos financeiros disponíveis para venda**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 262/2001, de 28 de Setembro, artigo 5.º - n.º 2, alínea b), é vedado às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com exceção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”.

- **Títulos disponíveis para venda**

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objetivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 2/2000. São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

As **Obrigações e outros títulos de rendimento fixo** emitidos com base no valor nominal são apresentados com base no seu justo valor. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos da dívida pública, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica Outros ativos (ver Nota 18).

As diferenças líquidas entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado são relevadas em capitais próprios, numa rubrica de reservas de reavaliação (ver Nota 24).

d) **Provisões para riscos de crédito e para risco-país**

As provisões para riscos de crédito e para risco-país foram apuradas nos termos do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, alterado pelo Aviso n.º 8/2003, de 8 de Fevereiro e da Instrução n.º 94/96, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, as provisões para riscos gerais de crédito incluem:

- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões, correspondente a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes. O valor para o exercício de 2015 é Eur 2 (ver Nota 20).

e) Outros ativos tangíveis

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.1., os outros ativos tangíveis encontram-se registados pelo custo determinado na data de transição para as IFRS, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes numa base duodecimal, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Nº de Anos</u>
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4

As beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período em que se considera refletir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

f) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao respetivo custo de aquisição. Incluem os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento dos sistemas de tratamento informático de dados. São amortizados numa base duodecimal durante um período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes (ver Nota 16).

g) Pensões de reforma

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do plano de reformas definido a nível interno, a LP Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o Plano de Pensões criado pela Sociedade, o qual visa proporcionar à totalidade dos seus empregados um complemento de 20% do salário pensionável à idade normal de reforma.

O Fundo de Pensões Aberto designado por “Espírito Santo Fundo de Pensões Multireforma” é gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Novo Banco, S.A..

O cálculo atuarial das responsabilidades da LP Corretora é efetuado anualmente pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, utilizando pressupostos atuariais e financeiros em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os ganhos e perdas atuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados, são reconhecidos como um ativo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que o valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais no final do ano, que exceda 10% do maior de entre (i) o valor atual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo e (ii) o valor dos ativos do fundo de pensões, também reportados ao final do ano, seja reconhecido como despesas/receitas com custo/proveito diferido e amortizado por contrapartida de resultados extraordinários durante um período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que é apurado. O valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano que se situe dentro do referido limite, é registado na conta de desvios actuariais -incluídos no corredor - e não é amortizado.

Anualmente, a LP Corretora reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros e (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo.

A Sociedade efetua pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento; (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Banco de Portugal, através do Aviso nº 12 de 2005, introduziu alterações ao Aviso nº 12 de 2001, definindo que para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos atuariais relativos à tábua de mortalidade efetuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005, é adicionado ao limite do corredor.

O Aviso nº 1 de 2008, no âmbito do projeto “*Better Regulation* do Sector Financeiro”, veio redefinir os elementos de informação sobre responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência a fornecer ao Banco de Portugal.

Adicionalmente, o Aviso nº 7 de 2008 introduziu novas alterações ao Aviso nº 12 de 2001, tendo em conta os ajustamentos decorrentes da transição para as NIC/NCA e, em particular, os resultantes da adoção integral do IAS 19.

h) Reconhecimento de proveitos resultantes de comissões

No exercício da atividade de corretagem, a Sociedade debita aos seus clientes comissões de corretagem que são registadas em resultados na rubrica de comissões no dia da transação, por contrapartida de contas de regularização do ativo, a aguardar a respetiva liquidação financeira.

Relativamente às comissões de gestão de carteiras, estas são apuradas conforme previsto nos contratos, segundo os esquemas a seguir descritos, cuja opção cabe ao cliente, sendo igualmente relevadas em resultados na rubrica de comissões:

- Comissão de Gestão Fixa – aplicação de uma taxa anual entre 1% e 1,2% sobre o capital médio em gestão, cobrada mensalmente no último dia do mês;
- Comissão de Gestão Variável – comissão cobrada no último dia útil do ano, tendo por base a rentabilidade líquida da carteira no período e o esquema progressivo de comissionamento previsto; e
- Comissão de Gestão Mista – comissão composta por uma parte fixa e outra variável, sendo a comissão fixa calculada pela aplicação de uma taxa de 0,5% sobre o capital médio em gestão, cobrada semestralmente (0,25% por semestre), no último dia dos meses de Junho e Dezembro e a comissão variável apurada pela aplicação de uma taxa de 5% sobre a rentabilidade líquida da carteira no período e cobrada no último dia útil do ano.

i) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos ou perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

j) Operações de compra e venda de títulos

As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros, cuja liquidação financeira ocorre dentro dos prazos dos mercados em que são transacionados, são registadas nas rubricas de outros ativos ou outros passivos (ver Notas 17 e 21).

No que se refere a transações efetuadas no âmbito dos mercados organizados, i.e., relativamente aos valores negociados quer em âmbito nacional quer em âmbito internacional com instituições financeiras filiadas em Sistemas de Liquidação Internacionais, as respetivas liquidações financeiras são efetuadas junto dos bancos liquidadores, incluindo o que diz respeito às taxas de corretagem, que posteriormente nos são transferidas.

k) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais ao valor de cotação ou, na ausência deste, ao correspondente valor nominal (ver Nota 24).

l) Gestão de carteiras

Os valores mobiliários de terceiros, entregues à gestão da Sociedade, ou posteriormente adquiridos por esta no âmbito desta atividade, encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais e são valorizados numa base diária tendo por base a cotação de mercado divulgada.

Os valores remanescentes não aplicados na aquisição de títulos, i.e., a liquidez da carteira de cada cliente, encontram-se igualmente registados nas rubricas extra patrimoniais.

As operações de compra e venda de títulos, a aguardar a liquidação financeira, encontram-se registadas nas rubricas extra patrimoniais como parte integrante da carteira, a deduzir no caso de uma posição líquida compradora e a acrescer no caso de uma posição líquida vendedora (ver Nota 24).

m) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo com os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela LP Corretora à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

n) Imparidade

A existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta sinais de imparidade, resulta do cálculo do valor recuperável desse ativo com sinais de imparidade, registrando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

A existência de evidência objetiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um ativo financeiro, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados – uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados – quando se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

Como já foi referido na nota 2.2 c) a legislação atual impede às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com exceção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”, pelo que a LP Corretora não implementou qualquer procedimento com carácter regular para fazer face a este risco, embora esteja atenta às flutuações verificadas nos seus ativos disponíveis para venda.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem os saldos de disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 12).

NOTA 3 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Juros e proveitos similares		
Juros de disponibilidades em instituições de crédito:		
- no país	94	256
- no estrangeiro	0	0
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	238	0
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	739	1 200
	<u>1 071</u>	<u>1 456</u>
Juros e custos similares		
Juros de recursos de instituições de crédito:		
- no país	0	0
- no estrangeiro	0	67
Juros de credores e outros recursos	1 376	0
	<u>1 376</u>	<u>67</u>
	<u>(305)</u>	<u>1 389</u>

NOTA 4 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços de administração de valores prestados	63 190	74 551
Por operações realizadas com títulos por conta de terceiros	203 670	383 083
Outros proveitos de comissões recebidas	319 551	254 698
	<u>586 411</u>	<u>712 332</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros:		
- depósito e guarda de valores	7 996	3 732
- por outros serviços bancários	18 334	21 141
Por operações realizadas com títulos	27 446	74 755
	<u>53 776</u>	<u>99 628</u>
	<u>532 635</u>	<u>612 704</u>

NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2015			31-12-2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Obrigações do tesouro	764	0	764	10 346	0	10 346
	764	0	764	10 346	0	10 346

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2015			31-12-2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	1 259	894	365	1 367	348	1 019
	1 259	894	365	1 367	348	1 019

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.b).

NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2015	31-12-2014
Resultados de alienação de outros ativos		
Ganhos realizados com ativos tangíveis	140	0
	140	0

Esta rubrica revela o ganho realizado com a venda de um bem da Sociedade em 2015.

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Outros resultados de exploração		
Rendas de locação operacional	(4 621)	(24 478)
Contribuição para o Fundo de Resolução	(588)	(567)
Contribuição para o sistema de indemnização aos investidores	(500)	(1 250)
Multas e penalidades fiscais	0	(10)
Multas e penalidades não fiscais	0	(35)
Quotizações e donativos	(100)	0
Outros impostos	(12 450)	(12 438)
Outros resultados (líquido)	(105)	167
	<u>(18 364)</u>	<u>(38 611)</u>

NOTA 9 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Remunerações	195 353	191 840
Encargos sociais obrigatórios	47 158	45 656
Encargos sociais facultativos	20 600	21 090
Outros custos	280	205
	<u>263 391</u>	<u>258 791</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, o número médio de colaboradores ao serviço da LP Corretora estava decomposto pelas seguintes categorias profissionais:

Funções	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Administração	3	3
Direcção	0	1
Técnicos	3	2
Administrativos	1	1
	<u>7</u>	<u>7</u>

O montante das remunerações atribuídas durante o exercício de 2015 aos membros do órgão de Administração da LP Corretora foi de Eur 102.654 (2014 - Eur 102.654).

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso nº 1/2010 do Banco de Portugal, de 09 de Fevereiro, indicam-se de seguida as remunerações pagas pela LP Corretora a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração durante o exercício de 2015:

Conselho de Administração

Membros Executivos do Conselho de Administração	2015 Remuneração Fixa
Luis Leitão Ricciardi	43 551
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga	29 551
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves	29 551
	<hr/>
	102 654
	<hr/> <hr/>

Não existem remunerações variáveis pagas aos Membros Executivos do Conselho de Administração no exercício de 2015.

O Órgão de Fiscalização teve uma remuneração Eur 6.300, valor com IVA incluído, no exercício de 2015, que está incluída na rubrica de gastos gerais administrativos (ver Nota 11).

O Conselho de Administração, aprovou em reunião realizada em 30 de Dezembro de 2013 como política de remuneração dos seus membros executivos, a redução a partir de 1 de Janeiro de 2014, das remunerações dos seus administradores Luís Leitão Ricciardi, João Tomás Andrade Rocha de Horteiga e Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves em, respetivamente 35,83%, 11,11% e 11,11%.

NOTA 10 – PENSÕES DE REFORMA

A LP Corretora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice. Estas prestações consistem num complemento de 20% do salário pensionário à idade normal de reforma.

Para fazer face à cobertura das responsabilidades por serviços passados relativos a pensões de reforma, a Sociedade aderiu em Agosto de 2002 ao Fundo de Pensões aberto denominado por “Espírito Santo Fundo de Pensões Multireforma”, cuja gestão é exercida pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Novo Banco, S.A..

O reconhecimento, tratamento e relevação contabilística das responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência são regulamentados pelo Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, do Banco de Portugal, conforme descrito na Nota 2 g).

Com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentam-se as responsabilidades, encargos, contribuições da Sociedade para o fundo de pensões e níveis de cobertura, que traduzem a aplicação do anterior normativo:

i) Número de participantes

	31-12-2015				31-12-2014			
	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)
Activos								
LP Corretora	6	161 532	50	14	7	182 532	47	11

ii) Evolução das responsabilidades

O valor atual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência, decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Responsabilidades por serviços passados -		
Pessoal no ativo	155 405	143 601
Valor do Fundo de Pensões Aberto		
"Espírito Santo Multireforma"	151 832	154 795
Excesso/(déficit) de cobertura	(3 573)	11 194
Nível de cobertura das responsabilidades	97,7%	107,8%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	135 518	165 694
Valor atual das responsabilidades totais (VART)	290 923	309 295

As responsabilidades da Sociedade em 2015 e 2014 evoluíram como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Responsabilidades no final do periodo anterior	143 601	131 976
Custo do serviço corrente	0	0
Custo dos juros	5 026	4 619
Transferência direitos adquiridos ex-participante	0	0
(Ganhos) e perdas atuariais	<u>6 778</u>	<u>7 006</u>
Responsabilidades no final do periodo	<u>155 405</u>	<u>143 601</u>
Pessoal no ativo	<u>155 405</u>	<u>143 601</u>
Responsabilidades objecto de cobertura	<u>155 405</u>	<u>143 601</u>
Valor do Fundo de Pensões Aberto "Espírito Santo Multireforma"	<u>151 832</u>	<u>154 795</u>
Coberturas totais	<u>151 832</u>	<u>154 795</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>(3 573)</u>	<u>11 194</u>
Nível de cobertura das responsabilidades	<u>97,7%</u>	<u>107,8%</u>
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	<u>135 518</u>	<u>165 694</u>
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	<u>290 923</u>	<u>309 295</u>

iii) Evolução do valor do fundo de pensões

A evolução do valor do fundo de pensões em 2015 e 2014 foi a seguinte:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Valor do Fundo em 01 de Janeiro	154 795	149 354
(+) Contribuições	0	0
(-) Transferência direitos adquiridos ex-participante	0	0
(+) Rendimento líquido do Fundo	<u>(2 963)</u>	<u>5 441</u>
(=) Valor do Fundo em 31 de Dezembro	<u>151 832</u>	<u>154 795</u>

O rendimento líquido do fundo contém desvios atuariais negativos de Eur 8.385 (2014 – Eur 214 positivos).

iv) Reconhecimento das responsabilidades do exercício

Os montantes reconhecidos como custos pela Sociedade podem ser analisados da seguinte forma:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Custo do serviço corrente	0	0
(+) Custo dos juros	5 026	4 619
(-) Rendimento esperado do Fundo	<u>(5 418)</u>	<u>(5 227)</u>
(=) Custos correntes com o plano	<u>(392)</u>	<u>(608)</u>
(+/-) Desvios actuariais	<u>15 163</u>	<u>6 792</u>
(=) Responsabilidades do exercício	<u><u>14 771</u></u>	<u><u>6 184</u></u>

v) Contrapartida do reconhecimento das responsabilidades

O aumento das responsabilidades no exercício teve por contrapartida a seguinte relevação contabilística:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Custos com pessoal	<u>(392)</u>	<u>(608)</u>
(+/-) Desvios actuariais	<u>15 163</u>	<u>6 792</u>
(=) Responsabilidades do exercício	<u><u>14 771</u></u>	<u><u>6 184</u></u>

vi) Contribuição da Sociedade para o fundo

Nos exercícios de 2015 e 2014 não foi entregue qualquer contribuição ao fundo de pensões pela LP Corretora.

vii) Níveis mínimos de cobertura

Os níveis de cobertura verificados analisam-se como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Nível mínimo de cobertura	147 635	136 421
Coberturas totais	<u>151 832</u>	<u>154 795</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>4 197</u>	<u>18 374</u>
Nível de cobertura	<u>102,8%</u>	<u>113,5%</u>

Os pressupostos atuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados e os valores efetivamente verificados, bem como o método de cálculo utilizado, são conforme segue:

	2015		2014	
	Previsto	Verificado	Previsto	Verificado
Pressupostos Financeiros				
Taxa de rendimento dos activos	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Taxa de crescimento salarial	*3,00% e 1,25%	*3,00% e 1,25%	*3,00% e 1,25%	*3,00% e 1,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa Técnica de Juro	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade	TV 73/77		TV 73/77	
Tábua de Invalidez	n.a.		n.a.	
Tábua de Turn Over	n.a.		n.a.	
Método de valorização actuarial	"Projected Unit Credit Method"			

* 3% para quadros topo e 1,25% para a restante população.

A estrutura tipo de alocação de ativos utilizada pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. para o fundo de pensões distribui-se em ações (14,7%), obrigações de taxa fixa (32,4%), obrigações de taxa variável (36,2%), investimento alternativo (12,6%) e imobiliário (4,1%).

NOTA 11 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2015	31-12-2014
Gastos gerais administrativos		
Consultores e auditores externos	53 468	75 699
Comunicações e expedição	69 671	77 052
Serviços de informática	19 237	26 771
Rendas e alugueres	21 464	23 176
Deslocações e representação	14 387	23 407
Água, energia e combustíveis	12 754	14 155
Conservação e reparação	4 738	11 988
Seguros	3 548	4 584
Material de consumo corrente	2 006	5 274
Outros custos	17 883	15 139
	<u>219 156</u>	<u>277 245</u>

No exercício de 2015 a rubrica Consultores e auditores externos inclui Eur 9.472 (2014 – Eur 28.645) relativos à parceria na área de gestão de carteiras com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos iniciada em 2011.

Os honorários faturados durante o exercício de 2015 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos aos serviços de auditoria e revisão legal das contas foi de Eur 6.300 (2014 – Eur 6.300), valores com IVA incluído.

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, segurança e vigilância, serviços de limpeza, publicidade e publicações.

NOTA 12- DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Em instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	<u>1 696 112</u>	<u>1 251 302</u>
Em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	<u>905 443</u>	<u>1 420 123</u>
	<u>2 601 555</u>	<u>2 671 425</u>

O montante de disponibilidades em instituições de crédito no país engloba depósitos à ordem em várias instituições, sendo que o Millennium BCP é o que apresenta um saldo mais significativo no valor de Eur 740.420 (2014 – Eur 570.781 do *Haitong Bank* (ex BES Investimento)).

No montante de disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro, destaca-se o saldo junto da *Lek Securities* de Eur 764.722 (2014 – Eur 798.187 do *Deutsche Bank Frankfurt*).

Estes saldos incluem as disponibilidades das contas correntes de clientes junto da Sociedade, sendo de clientes da Gestão Discricionária Eur 1.115.419 (2014 – Eur 1.478.307) (ver Nota 25).

NOTA 13 –ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A análise de ativos financeiros disponíveis para venda, é analisada como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida pública portuguesa		
Obrigações do tesouro	<u>14 961</u>	<u>14 958</u>
Reserva de justo valor		
Positiva (negativa)	<u>3 662</u>	<u>3 608</u>
Valor de balanço	<u><u>18 623</u></u>	<u><u>18 566</u></u>

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 2.2 c) a carteira de títulos disponíveis para venda, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é apresentada líquida das reservas de reavaliação, no montante de Eur 3.662 e Eur (3.608), respetivamente (ver Nota 24).

Estes títulos, tal como referido na nota 2.2 c) são adquiridos pela Sociedade com o objetivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000 (ver Nota 24) e são mantidos em carteira até à data de reembolso.

Em 31 de Dezembro de 2015, o escalonamento dos ativos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
De 3 meses a um ano	0	0
De um a cinco anos	0	0
Mais de cinco anos	<u>18 623</u>	<u>18 566</u>
	<u><u>18 623</u></u>	<u><u>18 566</u></u>

O valor de balanço das obrigações e outros títulos de rendimento fixo compara com os seguintes valores, nominais ou de reembolso na data de maturidade e de mercado:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Valor nominal	15 000	15 000
Valor de mercado	18 623	18 566
Valor de balanço	18 623	18 566

As taxas de remuneração destes títulos à data do balanço oscilam nos seguintes intervalos:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Títulos de rendimento fixo	<u>5,65%</u>	<u>5,65%</u>
*T-BILL 5,65% FEVEREIRO 2014		

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a ativos financeiros disponíveis para venda, são como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Títulos adquiridos por valor (inferior)		
superior ao seu valor de reembolso	<u>(9)</u>	<u>(12)</u>

NOTA 14 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Em instituições de crédito no país		
Aplicações de tesouraria	<u>100 000</u>	<u>0</u>
	<u>100 000</u>	<u>0</u>

O montante de aplicações em instituições de crédito refere-se a uma aplicação junto do Novo Banco.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é o seguinte:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Até três meses	<u>100 000</u>	<u>0</u>
	<u>100 000</u>	<u>0</u>

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Outros ativos tangíveis		
Imóveis		
Obras em imóveis arrendados	19 920	19 920
Equipamento		
Equipamento informático	182 508	181 959
Instalações interiores	16 758	16 758
Mobiliário e material	22 486	22 486
Máquinas e ferramentas	14 528	13 704
Equipamento de segurança	2 006	2 006
Material de transporte	21 200	51 200
	<u>259 486</u>	<u>288 113</u>
Ativos em locação financeira		
Material de transporte	49 980	0
	<u>329 386</u>	<u>308 033</u>
Amortizações acumuladas		
De obras em imóveis arrendados	(3 154)	(1 162)
De equipamento	(254 514)	(280 106)
De ativos em locação financeira	(9 371)	0
	<u>(267 039)</u>	<u>(281 268)</u>
Total dos outros ativos tangíveis líquidos de amortizações	<u><u>62 347</u></u>	<u><u>26 765</u></u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Ativos em locação financeira	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	19 920	288 113	-	308 033
Adições	-	1 373	49 980	51 353
Abates / vendas	-	(30 000)		(30 000)
Transferências	-	-		-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>19 920</u>	<u>259 486</u>	<u>49 980</u>	<u>329 386</u>
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(1 162)	(280 106)	-	(281 268)
Amortizações do exercício	(1 992)	(4 408)	(9 371)	(15 771)
Abates / vendas	-	30 000	-	30 000
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>(3 154)</u>	<u>(254 514)</u>	<u>(9 371)</u>	<u>(267 039)</u>
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2015	<u>16 766</u>	<u>4 972</u>	<u>40 609</u>	<u>62 347</u>

NOTA 16 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Ativos intangíveis		
Adquiridos a terceiros		
Sistemas de tratamento informático de dados	137 049	137 049
Despesas de investigação e desenvolvimento	0	0
	<u>137 049</u>	<u>137 049</u>
Imobilizado em curso		
Sistemas de tratamento informático de dados	0	0
	<u>137 049</u>	<u>137 049</u>
Amortizações acumuladas	<u>(137 049)</u>	<u>(137 049)</u>
Total dos ativos intangíveis		
líquidos de amortizações	<u>0</u>	<u>0</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Despesas de constituição	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	137 049	-	-	137 049
Adições	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Imobilizado em curso	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>137 049</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137 049</u>
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(137 049)	-	-	(137 049)
Amortizações do exercício	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>(137 049)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(137 049)</u>
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2015	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

NOTA 17 – ATIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Ativos por impostos correntes		
Pagamentos especiais por conta		
2011	0	1 759
2012	2 640	2 640
2013	2 280	2 280
2014	2 122	2 122
2015	2 225	0
	<u>9 267</u>	<u>8 801</u>
	<u>9 267</u>	<u>8 801</u>

NOTA 18 - OUTROS ATIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Outras disponibilidades	<u>309</u>	<u>250</u>
Devedores diversos	<u>156</u>	<u>2 657</u>
Outros ativos		
Fundo Compensação do Trabalho	<u>111</u>	<u>0</u>
Rendimentos a receber		
Juros de obrigações do tesouro	<u>742</u>	<u>850</u>
Despesas com encargo diferido		
Seguros	11 071	12 092
Outras	<u>4 547</u>	<u>3 952</u>
	<u>15 618</u>	<u>16 044</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Responsabilidades totais	0	3 680
Desvios atuariais incluídos no corredor	15 541	1 231
Desvios atuariais excesso face ao corredor	853	0
	<u>16 394</u>	<u>4 911</u>
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	637 308	891 602
Operações fora de bolsa a regularizar	4 272	126 302
Operações cambiais à vista a liquidar	0	0
Outras	<u>19 698</u>	<u>43 131</u>
	<u>661 278</u>	<u>1 061 035</u>
	<u>694 608</u>	<u>1 085 747</u>

A rubrica de devedores diversos inclui essencialmente valores em dívida por operações realizadas por conta de clientes e ainda não regularizadas por estes. Estas regularizações ocorrem, na generalidade dos casos, num curto prazo.

As rubricas de operações de bolsa e fora de bolsa a regularizar do ativo e do passivo (ver Nota 22), em 31 de Dezembro de 2015, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efetuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respetiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2016, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transacionados.

NOTA 19 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza, como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
A prazo		
Recursos de clientes	<u>2 296</u>	<u>2 434</u>
	<u>2 296</u>	<u>2 434</u>

Esta rubrica reflete valores de clientes, que não se encontram disponíveis, de forma a garantirem as operações de compra dos títulos que os mesmos clientes apresentam a descoberto, em consequência de operações de *short-selling*.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é o seguinte:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Exigível a prazo		
Até três meses	<u>2 296</u>	<u>2 434</u>
	<u>2 296</u>	<u>2 434</u>

NOTA 20 – PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2014	Movimentos no exercício			Saldo em 31-12-2015	
		Transfe- rências	Reforços	Utilizações		Reposições/ Anulações
Provisões para						
Riscos gerais de crédito	27	0	654	0	(679)	2
	<u>27</u>	<u>0</u>	<u>654</u>	<u>0</u>	<u>(679)</u>	<u>2</u>

NOTA 21 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar 2015 (ver Nota 28)	<u>1 809</u>	<u>12 346</u>

NOTA 22 –OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Responsabilidades totais	11 091	0
Desvios atuariais incluídos no corredor	0	0
Desvios atuariais excesso face ao corredor	0	0
	<u>11 091</u>	<u>0</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	2 247 215	2 245 023
Outros impostos a entregar ao Estado	5 685	4 884
Contribuições para a Segurança Social	5 296	5 006
Credores de bens de locação financeira	42 315	0
Credores por outros fornecimento de bens	2 164	7 190
	<u>2 302 675</u>	<u>2 262 103</u>
Encargos a pagar		
Encargos com férias e subsídio de férias	32 269	32 269
Outros	820	1 164
	<u>33 089</u>	<u>33 433</u>
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	636 264	890 945
Operações fora de bolsa a regularizar	4 266	126 116
Operações cambiais à vista a liquidar	0	0
	<u>640 530</u>	<u>1 017 061</u>
	<u>2 987 385</u>	<u>3 312 597</u>

A rubrica de credores por operações sobre valores mobiliários inclui os saldos positivos das contas correntes com clientes, cuja contrapartida se reflete, entre outras, na rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito, no país e no estrangeiro (ver Nota 12).

As rubricas de operações de bolsa a regularizar do ativo (ver Nota 18) e do passivo, em 31 de Dezembro de 2015, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efetuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respetiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2016, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transacionados.

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2 g), os ganhos e perdas atuariais com pensões até ao limite do corredor encontram-se registados na rubrica de desvios atuariais.

NOTA 23 – CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital social da LP Corretora no valor de 1.000.000 euros, encontrava-se representado por 200.000 ações, com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas.

NOTA 24 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento verificado nas contas de reservas e de resultados transitados, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foi o seguinte:

	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2014</u>	<u>Aumento</u>	<u>Reduções</u>	<u>Transfe-</u> <u>rências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2015</u>
Reservas de reavaliação					
Reservas de justo valor r/ ativos financeiros disponíveis para venda	3 608	54	0	0	3 662
Outras reservas e resultados transitados					
Reserva legal	84 829	0	0	2 937	87 766
Resultados transitados	<u>(633 910)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>26 436</u>	<u>(607 474)</u>
	<u>(549 081)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>29 373</u>	<u>(519 708)</u>
Resultado do exercício					
2014	29 373	0	0	(29 373)	0
2015	<u>0</u>	<u>10 954</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>10 954</u>
Total	<u><u>(516 100)</u></u>	<u><u>11 008</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>(505 092)</u></u>

I) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2.d).

II) Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

III) Resultados transitados

Da aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2014, resultou a transferência do lucro de Eur 29.373 para (i) reserva legal – Eur 2.937 e para (ii) resultados transitados Eur 26.436.

NOTA 25 - RUBRICAS EXTRA PATRIMONIAIS

Os saldos das rubricas extra patrimoniais são compostos quanto à sua natureza, como segue:

i) Passivos eventuais

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Ativos dados em garantia (i)	<u>18 623</u>	<u>18 566</u>
(i) Valor de mercado		

A rubrica de Passivos eventuais – Ativos dados em garantia corresponde a títulos que, tal como referido na Nota 2 c), são adquiridos pela Sociedade para serem entregues em garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do regulamento da CMVM nº 2/2000.

ii) Compromissos assumidos para com terceiros e por terceiros

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Compromissos perante terceiros		
Sistema de indemnização aos investidores (i)	<u>18 623</u>	<u>18 566</u>
(i) Valor de mercado		

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores (ii)	<u>6 166 556</u>	<u>6 754 455</u>
Gestão de carteiras de activos		
Títulos em carteira (iii)	4 830 578	4 461 594
Operações a aguardar liquidação	14 848	203 753
Liquidez	<u>1 115 419</u>	<u>1 478 307</u>
	<u>5 960 845</u>	<u>6 143 654</u>
	<u>12 127 401</u>	<u>12 898 109</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores (i)	<u>6 179 564</u>	<u>6 767 406</u>

(i) Valor de mercado (ii) Valor de mercado (ver Nota 2 k) (iii) Valor de mercado (ver Nota 2 l)

O saldo da rubrica responsabilidade por prestação de serviços - depósito e guarda de valores corresponde ao valor de mercado, ou na sua ausência o valor nominal, dos títulos entregues por clientes à guarda da LP Corretora.

Estes títulos estão igualmente apresentados na rubrica de serviços prestados por terceiros – depósito e guarda de valores, em conjunto com os títulos da Sociedade, representando a entrega a outras entidades especializadas na guarda de valores, nomeadamente o Millennium BCP, o *Haitong Bank* (ex BES Investimento), o *Saxo Bank* e a *Lek Securities*.

A rubrica gestão de carteiras de ativos regista os valores mobiliários entregues à gestão da Sociedade, e encontram-se ao respetivo valor de mercado.

NOTA 26 – ATIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2015					31-12-2014				
	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Sueca	Total	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Sueca	Total
Ativo										
Disponibilidades em outras instituições de crédito	986 466	237	0	0	986 703	880 509	19 085	80	75	899 749
Outros ativos	161 276	59	0	0	161 335	117 916	0	0	0	117 916
Total do Ativo (Euros)	1 147 742	296	0	0	1 148 038	998 425	19 085	80	75	1 017 665
Passivo										
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 296	0	0	0	2 296	2 434	0	0	0	2 434
Outros passivos	1 133 769	0	0	0	1 133 769	984 551	15 980	25	0	1 000 556
Total do Passivo (Euros)	1 136 065	0	0	0	1 136 065	986 985	15 980	25	0	1 002 990
Total Ativo/(Passivo) Líquido (Euros)	11 677	296	0	0	11 973	11 440	3 105	55	75	14 675
Posição cambial à vista	11 677	296	0	0	11 973	11 440	3 105	55	75	14 675

NOTA 27– SEGMENTAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E POR LINHAS DE NEGÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os elementos da demonstração de resultados e do balanço da Sociedade, ventilados por linhas de negócios e por mercados geográficos, apresentam-se distribuídos da seguinte forma:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
	<u>Corretagem</u>	<u>Corretagem</u>
	<u>(retalho)</u>	<u>(retalho)</u>
Portugal		
Elementos da demonstração de resultados		
Juros e rendimentos similares	1 071	1 456
Juros e encargos similares	(1 376)	(67)
Rendimentos de serviços e comissões	586 411	712 332
Encargos com serviços e comissões	(53 776)	(99 628)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	764	10 346
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	365	1 019
Resultados de alienação de outros ativos	140	0
Outros resultados de exploração	(18 364)	(38 611)
Custos com pessoal	(263 391)	(258 791)
Outros gastos administrativos	(219 156)	(277 245)
Amortizações do exercício	(15 771)	(6 419)
Provisões líquidas de reposições e anulações	25	30
Impostos correntes	(5 988)	(15 049)
Resultado líquido do exercício	<u>10 954</u>	<u>29 373</u>
Portugal		
Elementos do balanço		
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 296	2 434
Outros passivos	2 987 385	3 312 597
Ativo líquido total	<u>3 486 400</u>	<u>3 811 304</u>

NOTA 28 – IMPOSTOS

A LP Corretora está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e à correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente do exercício de 2015 foi apurado pela LP Corretora com base numa taxa nominal de 17%. Ao valor de IRC apurado acresce uma taxa de Derrama Municipal de 1,5%.

A Sociedade decidiu não calcular impostos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais acumulados, porque com base na atual conjuntura económica, torna-se bastante difícil criar expectativas para que existam lucros tributáveis capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda sujeitos a possível revisão. No entanto, é convicção da Administração da LP Corretora, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional, de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras, relativamente aos exercícios passíveis de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e o imposto sobre o rendimento a pagar, com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, analisa-se como segue:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Lucro contabilístico antes de impostos	16 942	44 422
Provisões não dedutíveis	(25)	(29)
Amortizações excessivas	0	0
Multas de natureza fiscal	0	10
Multas de natureza não fiscal	0	35
Seguro Grupo Saúde	4 060	4 001
Pagamento especial por conta 2008	0	0
Mais valias fiscais	140	0
Mais valias contabilísticas	(140)	0
Majoração donativos	0	0
Lucro tributável	<u>20 977</u>	<u>48 439</u>
Prejuízos fiscais	<u>(14 684)</u>	<u>(33 907)</u>
Matéria colectável	<u>6 293</u>	<u>14 532</u>
Estimativa de imposto sobre lucros (i)	1 070	2 470
Derrama municipal (ii)	315	727
Tributações autónomas	<u>3 916</u>	<u>11 851</u>
Imposto sobre o lucro do exercício	5 300	15 048
Estimativa de impostos sobre lucros registada em custos	<u>5 300</u>	<u>15 048</u>
<i>Taxa efectiva de imposto</i>	31,3%	33,9%
Pagamentos especiais por conta	(1 070)	(2 470)
Pagamentos por conta efectuados no exercício	(2 126)	0
Retenções na fonte	<u>(295)</u>	<u>(232)</u>
Impostos sobre lucros a (receber) pagar (ver Notas 17 e 21)	<u>1 809</u>	<u>12 346</u>

(i) Este valor é calculado com base na taxa de imposto sobre o rendimento (17% até 15.000eur para PME)

(ii) Este valor corresponde a 1,5% do Lucro Tributável.

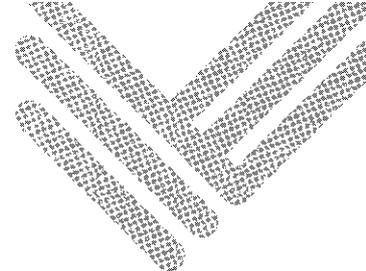
6. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA AO ÔNUS SOBRE ATIVOS

A instrução nº 28/2014 do Banco de Portugal de 15 de Dezembro 2014 veio definir as orientações relativas à divulgação de informação sobre ativos onerados e não onerados, no seguimento das orientações da Autoridade Bancária Europeia de 27 de Junho de 2014 (EBA/GL/2014/03).

Em 31 de Dezembro de 2015, a divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos é a seguinte:

Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos				
Modelo A - Ativos				
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
	010	040	060	090
010	Ativos da instituição que presta a informação			
030	Instrumentos de capital próprio			
040	Títulos de dívida			
120	Outros ativos			
	18.566	18.566		
Modelo B - Colateral recebido				
	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis		
	010	040		
130	Colateral recebido pela instituição que presta a informação			
150	Instrumentos de capital próprio			
160	Títulos de dívida			
230	Outro colateral recebido			
240	Títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS			
Modelo C - Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados				
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS oneradas		
	010	030		
010	Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados			
<div style="display: inline-block; width: 50px; height: 15px; background-color: #cccccc; border: 1px solid black;"></div> Não preencher em caso algum				
Modelo D - Informação relativa à importância do ónus sobre ativos				
<p>Os títulos de dívida são adquiridos com o objetivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000. São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.</p>				

7. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.

RELATÓRIO E PARECER

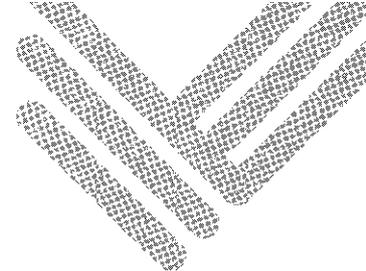
DO

FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas

- 1 - Cumprindo as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no decorrer do exercício de 2015, bem como o nosso parecer sobre o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas, relativos àquele exercício, elementos estes submetidos à nossa apreciação pelo Conselho de Administração de “Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.”.
- 2 - No ano anterior efectuámos a revisão das demonstrações financeiras e elaborámos o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
- 3 - Acompanhámos a gestão da “Luso Partners”, nas suas deliberações mais relevantes e reunimos, com frequência, com o Conselho de Administração que nos manteve informados sobre as diferentes políticas financeiras seguidas para o desenvolvimento da sociedade corretora.
- 4 - Para se obter um conhecimento adequado do trabalho desenvolvido na sociedade, importa referir que:
 - 4.1 - A análise às contas foi efectuada de acordo com as normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária para o efeito.
 - 4.2 - Verificámos que as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos processados em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) tal como definidas pelo Banco de Portugal, as quais incluem os requisitos determinados pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).
 - 4.3 - Analisámos os registos contabilísticos, assim como os documentos que lhes servem de suporte e verificámos a aplicação correcta da Lei e dos Estatutos.
 - 4.4 - De igual modo, efectuámos exames necessários ao controle dos valores patrimoniais, através de procedimentos de revisão de contas geralmente aceites como adequados.
 - 4.5 - Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adoptados nas operações patrimoniais, que estão descritos no nº 2.2 das notas anexas na rubrica políticas contabilísticas, foram correctamente aplicados de um modo consistente e uniforme em relação ao exercício anterior.

.../...



- 4.6 - As contas de outros activos e outros passivos englobam fundamentalmente as operações de bolsa a regularizar e evidenciam o saldo líquido das ordens de venda (637.308 euros) e compra (636.264 euros) e Bolsa, efectuadas por conta dos clientes nos últimos dias de 2015 e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de 2016.
Confrontar com as notas 18 e 22 do anexo às contas.
- 4.7 - O valor das disponibilidades em outras instituições de crédito engloba depósitos à ordem em várias instituições de crédito, quer no país quer no estrangeiro, os quais foram objecto de uma adequada revisão analítica.
- 5 - O relatório do Conselho de Administração menciona os factos administrativos mais significativos, complementa as contas e contém referências aos negócios sociais, esclarecendo adequadamente a gestão do exercício.
- 6 - Em resultado do exame das contas, em nossa opinião, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas em anexo, reproduzem os elementos patrimoniais, os registos contabilísticos e os documentos de suporte. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal, pelo que representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira da empresa à data de 31 de Dezembro de 2015 e os resultados líquidos do exercício findo naquela data.
- 7 - Face ao exposto, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas e dado que não tomámos conhecimento de quaisquer infracções à Lei e aos Estatutos, somos de parecer:
- 1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas Anexas, referentes ao exercício de 2015;
- 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do saldo da conta do resultado líquido do exercício;
- 3º - Que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma criteriosa como desenvolveu os negócios da "Luso Partners".

Lisboa, 7 de Março de 2016

José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:

"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"

8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 3.486.400 euros e um total de capital próprio de 494.908 euros, incluindo um resultado líquido de 10.954 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Inventário de títulos do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

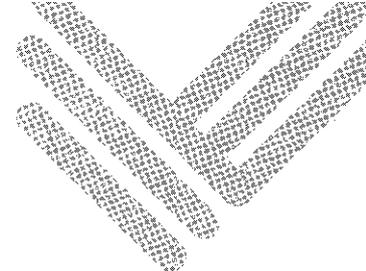
RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da “LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.”, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa; bem como
 - a) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - b) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

.../...



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da “**Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.**”, em 31 de dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de Março de 2016

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”